

Enviado às câmaras do  
MPD



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

MUITO URGENTE

GP/109/2000

8A 11 24/

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Praia, 12 de Julho de 2000

1. É consensual que a emergência de um Poder Local democraticamente legitimado pelo voto popular constitui uma das maiores conquistas do processo de democratização do país e um esteio fundamental para a satisfação das necessidades e aspirações das comunidades locais.
2. O reforço e o contínuo desenvolvimento do Poder Local exigem que haja uma justa repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias e um tratamento imparcial, de equidade e respeito pela autonomia das autarquias locais por parte da Administração Central. Aliás, esses são princípios basilares da organização e desenvolvimento do Poder Local na sua relação com o Estado, inscritos na Constituição da República. Entretanto, a realidade que vivemos aponta para a existência de situações que contrariam esses mesmos princípios.
3. Por isso, o Grupo Parlamentar do PAICV submeteu ao Presidente da Assembleia Nacional o pedido de agendamento de uma interpelação sobre as relações Governo/municípios, com o objectivo de obter do Executivo esclarecimentos que a situação impõe e levar a que se adoptem medidas concretas para se normalizar essas relações a bem do fortalecimento do poder local e do desenvolvimento local.
4. Assim, solicitamos o concurso de V. Ex. e da equipa que dirige tanto em informações como em reflexões e posições sobre o objecto da interpelação, por forma a que os debates venham ao encontro da consolidação do municipalismo cabo-verdiano, objectivo que todos perseguimos, independentemente das nossas posições político-partidárias.
5. Como forma de referenciar melhor a V. contribuição, mais solicitamos que as informações e posições recaíssem sobre um conjunto de tópicos dos quais destacamos: i) atrasos na transferência de verbas, ii) obras prioritárias com impacto no desenvolvimento local, objectos de contratos-programas com o Governo, iii) montantes dos contratos-programas e número de postos de trabalho gerados, iv) informações e posicionamento sobre a transferência para o município da cobrança

dos impostos municipais, v) relação de associações e ong's que realizam acções e/ou obras de desenvolvimento local com financiamento público, vi) inspecções por parte do Ministério das Finanças, solicitadas pela Câmara Municipal ou pelo Governo.

6. Mais agradecemos que as informações e contribuições nos fossem remetidas até o dia 18 do corrente através dos Faxes Nr. 62 27 01 ou 62 31 35 ou pelo e:mail [rsemedo@mail.cvtelecom.cv](mailto:rsemedo@mail.cvtelecom.cv)

Certos da atenção de V. Ex. e na expectativa da vossa resposta, aproveitamos o ensejo para vos endereçar os nossos melhores cumprimentos.

